A EXPLORAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS: LEGISLAÇÃO E IMPACTOS

Lucas Prado Osco¹, Rodrigo Coladello Oliveira¹, Marcos Norberto Boin², Munir Jorge Felício²

¹ Engenheiro Ambiental, pela UNOESTE, Aluno do Mestrado em Meio Ambiente - UNOESTE. ² Professor Doutor da pós-graduação do Mestrado em Meio Ambiente – UNOESTE. E-mail: lucas_prado_123@hotmail.com

RESUMO

O presente trabalho intitulado de “A exploração de recursos naturais: legislação e impactos” tem por finalidade apresentar um breve panorama histórico legislativo referente aos recursos naturais, bem como suas responsabilidades, definições, conceitos e diretrizes, além do seu processo evolutivo ao longo dos anos na construção da tutela ambiental na legislação brasileira. Este histórico deve comparar os impactos causados ao meio ambiente durante a evolução e o avanço da sociedade e do desenvolvimento econômico no Século XX. O enfoque deu-se no estado de São Paulo, mais precisamente na região do oeste paulista, caracterizada por seu desenvolvimento agropecuário resultante da exploração de seus recursos de forma totalmente contraditória a legislação ambiental brasileira.

Palavras-chave: Código Florestal. Código das Águas. Legislação Ambiental. Meio Ambiente.

INTRODUÇÃO

De acordo com Sánchez (2008), o ambiente pode ser visto como o meio no qual a sociedade extrai aqueles recursos considerados essenciais à sua sobrevivência, assim como os recursos necessários para o desenvolvimento socioeconômico. O autor ressalta que estes recursos, em sua maioria, são denominados como naturais. O conceito, portanto, é de que “[...] o ambiente é também o meio de vida, de cuja integridade depende a manutenção de funções ecológicas à vida.” (Sánchez, 2008, p. 21). Desta forma é possível perceber que recurso natural não se refere somente à capacidade da própria natureza de produzir certos recursos físicos, como também de sustentar serviços e desempenhar a função de suporte à vida, demonstrando a importância destes serviços para a sociedade.

Entretanto, muito do que o homem extraiu e extrai da natureza não apresenta características renováveis, sendo estes recursos esgotáveis e denominados como não renováveis. A utilização destes recursos, renováveis ou não, caminhou lado a lado com o desenvolvimento da sociedade, do qual o ser humano sempre optou por explorar o meio em que se encontrava, com a finalidade de suprir suas necessidades. Com o decorrer dos séculos tamanha exploração passou a ganhar novos patamares, tornando-se fonte de economia e poder.

Nos últimos séculos, com o avanço da tecnologia, a extração dos recursos ambientais deu-se de forma totalmente inadequada, acarretando em muito os problemas

observados nos dias de hoje. Por conta disto surgiram movimentos e avanços sociais, provocados por debates e políticas administrativas que resultaram em conquistas para a questão ambiental, recebendo espaço cada vez mais significativo em discussões científicas, legislativas e políticas ao longo das décadas.

De acordo com Bernardes e Ferreira (2003), a revolução ambiental é um dos mais importantes movimentos sociais dos últimos anos, promovendo significativas mudanças em relação à maneira com que a sociedade se comportava diante das questões ambientais, passando a ser denominada como revolução ambiental. Segundo os autores, o surgimento desta revolução decorreu-se da seguinte maneira:

Com raízes no final do século XIX, a questão ambiental emergiu após a Segunda Guerra Mundial, promovendo importantes mudanças na visão do mundo. Pela primeira vez a humanidade percebeu que os recursos naturais são finitos e que seu uso incorreto pode representar o fim de sua própria existência. Com o surgimento da consciência ambiental, a ciência e a tecnologia passaram a ser questionadas.

Sendo assim, a tomada de consciência ambiental é resultante de processos decorrentes de fases sociais e etapas de experiências do desenvolvimento econômico e social da humanidade. De acordo com Prado (2005) a ideia do desenvolvimento sustentável está vinculada ao uso dos recursos naturais e o desfrute do meio ambiente de modo que satisfaça tanto as necessidades atuais, não comprometendo às futuras. Portanto, entende-se por desenvolvimento a importância deste estar vinculado a critérios econômicos e valores culturais e ambientais. Ainda segundo o autor, a tutela jurídica do ambiente é considerada uma exigência mundialmente reconhecida, sendo obrigatória a necessidade de se desenvolver uma normativa capaz de envolver a sobrevivência e a solidariedade, além de atribuir-se a responsabilidade histórica das nações mediante a preservação da natureza para gerações presentes e futuras.

Ao abordar a questão ambiental, deve-se ter em consideração a utilização dos recursos naturais em prol da sociedade. Para levantar informações a respeito da disposição destes recursos consideram-se todos aqueles presentes nos níveis físicos, químicos e biológicos. Entretanto, a responsabilidade sobre os recursos naturais não compete somente à legislação brasileira vigente, mas também ao cumprimento de suas normas e da colaboração e participação da própria sociedade.

METODOLOGIA

O trabalho em questão buscou caracterizar por meio do levantamento bibliográfico uma comparação entre a legislação ambiental brasileira e a exploração e impactos referentes aos recursos naturais no Brasil ao longo dos últimos anos. A pesquisa decorreu por meio do estudo de artigos, trabalhos e livros dos quais abordaram os assuntos levantados. Procurou-se, portanto, elaborar uma discussão entre conceitos e definições sobre o tema, realizar um levantamento histórico legislativo referente aos recursos naturais e, por fim, uma comparação entre o seu cumprimento e as atividades realizadas sobre o oeste paulista.

RESULTADOS

No Brasil, desde o princípio houve preocupação referente aos recursos naturais no sentido de exploração e desenvolvimento da colônia. No entanto, tamanha exploração não visou à sustentabilidade, mas sim a questões econômicas que estes recursos representavam. Foi somente no século XX que iniciou, em âmbito legislativo, maior atenção a questão ambiental. O Código Civil brasileiro, instituído pela Lei 3.071, de 01 de janeiro de 1916, abordava em seus artigos 563 a 568 algumas das normas de regulamentação de utilização dos recursos hídricos no pertinente ao direito da vizinhança, que, mais tarde, teve sua concepção incorporada ao Código das Águas.

Ao ano de 1934, por meio do Decreto nº 23.793, de 23 de janeiro, veio a se estabelecer o Código Florestal (C.F.), do qual dispunha em seu artigo 1º de que as florestas existentes em território nacional e consideradas em conjunto deveriam constituir como bem comum a toda a população brasileira. O Código Florestal abrangia uma classificação das florestas e de sua exploração. Este trazia como produtos florestais, “o lenho, raízes, tubérculos, cascas, folhas, flores, frutos, fibras, resinas, seivas, e, em geral, tudo o que for destacado de qualquer planta florestal” (Código Florestal, Capítulo III, Seção I, 1934). O C.F. proibia aos proprietários, em seu Artigo 22, o uso do fogo com a finalidade de preparar lavouras em campos, vegetações ou coberturas de terras. Este também proibia a derrubada de matas em regiões escassas para os processos de transformação de lenha ou carvão, matas estas localizadas às margens de cursos d’água, lagos ou estradas de qualquer natureza que possuíam serventia pública. O Código ainda proibia o corte de árvores em florestas “protetoras” ou remanescentes mesmo em formação, das quais necessitavam de licença prévia que atendia as diretrizes estabelecidas por lei.

Ainda no ano de 1934, houve a regulamentação do Decreto nº 24.643, de 10 de julho estabelecendo o Código das Águas, que se tornou um marco legislativo legal em relação ao

gerenciamento dos recursos hídricos brasileiros, que normatizaram os aspectos das normas constitucionais sobre o domínio, a propriedade e as competências legislativas. De acordo com Granziera (2006), o Código de Águas estabeleceu um conjunto de políticas hídricas, considerado moderno e complexo para a época, abrangendo aspectos como a aplicação de penalidades, propriedade, domínio, aproveitamento das águas, navegação, regras em relação às águas nocivas, força hidráulica e o aproveitamento da mesma, concessões e autorizações, fiscalização e relações com o solo e suas propriedades, a desapropriação, derivações e, por fim, desobstrução.

No dia 29 de março de 1940 instituiu-se o Código de Minas, ao qual em seu *caput* definia os direitos sobre jazidas e mina, estabelecendo o regime de seu aproveitamento, ao mesmo tempo em que regulava a intervenção do Estado na indústria de mineração, bem como na fiscalização das empresas que se utilizavam de matéria prima mineral. A política ambiental brasileira referente aos recursos naturais passou a ser regida sobre estas leis durante as décadas seguintes. A partir de então, questões ambientais passaram a ganhar uma maior atenção em debates científicos, e na década de 60 surgiram novas concepções e visões diante da importância dos recursos ambientais, bem como a atribuição de normas legislativas sobre os mesmos.

A Lei nº 4.504 de 30 de Dezembro de 1964 instituiu o Estatuto da Terra, ao qual instituía instrumentos a exploração de propriedades agrícolas, regulamentando direitos e obrigações concernentes a bens imóveis rurais, com a finalidade de realizar-se a Reforma Agrária e a promoção da Política Agrícola. O Estatuto da Terra traz, portanto, a consideração de que a Reforma Agrária seria nada mais do que o conjunto de medidas as quais visava uma melhor distribuição da terra, com a finalidade de atender as necessidades de justiça social e o aumento de sua produtividade.

Em 15 de setembro de 1965 foi aprovado um novo Código Florestal, por meio da Lei nº 4.771, alterando o Código antigo e passando a estabelecer novos focos na exploração da vegetação nativa. Em seu Artigo 2º concedeu o status de preservação permanente para matas ciliares que, de acordo com o C.F., significariam todas as áreas de florestas e demais formas de vegetação natural, que situassem ao longo de rios ou quaisquer cursos d'água a partir do seu nível mais alto.

No ano de 1967 vieram novas leis e decretos que abordavam os recursos naturais de forma mais específica, demonstrando um desmembramento maior da proteção e manutenção destes recursos. Em 3 de janeiro do mesmo ano, entrou em vigor a Lei nº 5.197, instituindo a Lei de Proteção à Fauna. Esta lei, em seu Art. 1º, estabelecia que a fauna silvestre fosse composta por

quaisquer espécimes em fase de desenvolvimento, ou que vivessem naturalmente fora de cativeiro. Também atribuía como propriedade do Estado os seus ninhos, abrigos e criadouros naturais, dos quais proibia sua utilização, perseguição, destruição, caça ou apanhado.

Ainda no ano de 1967, foi instituído o Código de Mineração (Decreto-lei nº 227) que dava nova redação ao Código de Minas, e o Código de Pesca (Decreto-lei nº 221), ambos no dia 28 de fevereiro, apontando conceitos e diretrizes especialmente definidas para o meio específico da atividade em si. Da mesma forma que trouxeram consigo definições e normas perante as responsabilidades, autorizações, licenciamentos, permissão e monopolização dos recursos. Com o desmembramento das questões ambientais, a legislação passou a conter um núcleo maior e mais participativo nas discussões políticas. Ocorreu, portanto, no ano de 1973 por meio do Decreto nº 73.030 de 30 de outubro a criação da Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), que tem por objetivo promover a elaboração e o estabelecimento de normas e padrões relativos ao meio ambiente, atribuindo maior enfoque aos recursos hídricos, dos quais possuem benefícios relevantes às populações e ao desenvolvimento econômico.

No ano de 1981 foi instituída a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA) no dia 31 de outubro por meio da Lei 6.938, tendo como objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia a vida, buscando assegurar condições de desenvolvimento socioeconômico e sustentável. Por meio desta lei diversos conceitos foram estabelecidos, resgatando do Código de Águas os princípios de “usuário-pagador” e “poluidor-pagador”, além de criar novas áreas ambientalmente protegidas e instituir o CONAMA (Conselho Nacional do Meio Ambiente).

No dia de 23 de janeiro de 1986 é publicada a Resolução CONAMA nº 001, que considera a necessidade de estabelecer definições e padrões, bem como responsabilidades, critérios básicos, além de diretrizes gerais voltadas ao uso e a implantação da Avaliação de Impacto Ambiental como um dos instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente. A Carta Constitucional Brasileira, de 05 de outubro de 1988, também incluiu e estabelece normas e diretrizes em relação aos recursos naturais, abordando no capítulo “Do Meio Ambiente”, cujo caput do art. 225, onde se apresentou a seguinte redação:

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Nos anos que se seguiram, criou-se a Lei 7.990, no dia 28 de dezembro de 1989, ao qual instituiu ao Estado, Distrito Federal e Municípios a compensação financeira pelo resultado da exploração de petróleo ou gás natural, a de recursos hídricos com a finalidade de obter-se energia, os recursos minerais e seu respectivo território, plataformas, continental e mar territorial ou zonas econômicas exclusivas. No ano de 1990, no dia 13 de março, seguiu-se com a Lei 8.001, que definia os percentuais da distribuição da compensação financeira da qual se tratou na Lei 7.990.

Em 1997, no dia 08 de janeiro, estabeleceu-se a Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) por meio da Lei 9.433, criando o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH), que tem por objetivo assegurar, a geração atual e futura, água em qualidade e disponibilidade suficientes, por meio de uma utilização racional e integrada, fazendo uso da prevenção e da defesa destes recursos.

A Lei de Crimes Ambientais, Lei nº 9.605 de 12 de fevereiro de 1998, fora criada com a finalidade de atribuir um peso maior aos danos causados ao meio ambiente e aos seus recursos naturais por meio de sanções penais e administrativas. Dois anos depois, criou-se a Lei 9.985 de 18 de julho de 2000, que instituiu o Sistema de Unidades de Conservação, que definia as unidades de conservação e atribuía responsabilidades para a proteção e preservação dos recursos naturais. No dia 22 de dezembro de 2006 criou-se a Lei da Mata Atlântica, que dispunha sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, além de garantir outras providências. Pouco depois, o Código Florestal passou novamente por uma alteração por meio da nova Lei nº 12.651 de 25 de maio de 2012, estabelecendo novos parâmetros e medidas diferentes daqueles previamente estabelecidos, tornando-se alvo de debates e discussões dentro do meio científico. Por fim, no dia 17 de outubro de 2012, criou-se a Lei nº 12.727, que estabeleceu normas gerais para a proteção da vegetação, áreas de preservação permanente e áreas de reserva legal, além de prever instrumentos econômicos para o cumprimento de seus objetivos.

DISCUSSÃO

É perceptível de que toda a construção do amparo ambiental nas legislações brasileiras, ao que se refere aos recursos naturais, marcou seus primeiros passos no século XX com a preocupação em razão à exploração dos mesmos. Com o decorrer das décadas, novas políticas passaram dar maior enfoque em razão à exploração destes recursos, pois a questão ambiental ganhara espaço em discussões acadêmicas e científicas. Notou-se a importância de realizar um conjunto de ações racionais e igualitárias para a divisão dos recursos naturais. O desenvolvimento,

portanto, passou a ganhar novas definições, buscando garantir a existência e capacidade do ambiente em suprimir a demanda da geração atual, como também de futuras gerações.

A legislação ambiental, portanto, construída e desenvolvida ao longo das últimas décadas não somente no Brasil como também no mundo, demonstrou grande avanço em relação ao tratamento sobre os recursos naturais e seus dispositivos de proteção, preservação, manutenção e exploração. O agravante, entretanto, deve-se exatamente ao descumprimento da mesma. Não é raro presenciar certos acontecimentos e fatos que ocasionam danos ambientais, sejam estes em pequenas ou grandes proporções. No Brasil, a situação encontra-se em estado alarmante, pois as prioridades voltam-se para o desenvolvimento econômico, com pouco espaço para a inserção de atividades sustentáveis.

O estado de São Paulo, área mais populosa de todo o país e pioneira em diversas discussões e elaborações de normas legislativas ambientais, é responsável pelas condições e qualidades que seus recursos naturais se encontram. Durante o século XX, a expansão econômica deu-se no sentido de leste a oeste, com uma preocupação nula no que se diz respeito à exploração sustentável do meio. Portanto, embora o país avançasse no âmbito legislativo, o cumprimento das leis e sua fiscalização andavam em caminhos opostos.

Por conseguinte, durante o desenvolvimento de uma política agropecuária e do avanço da exploração dos recursos, o oeste paulista foi gravemente prejudicado no que diz respeito à qualidade destes recursos. Embora seu desenvolvimento tenha decorrido em razão desta exploração, as condições em que o meio ambiente se encontra atualmente estão em estado crítico, gerando debates por parte da comunidade científica e demais entidades governamentais presentes na região.

CONCLUSÃO

O presente trabalho visou elaborar o levantamento e a construção histórica do amparo legislativo referente ao meio ambiente e seus recursos naturais, com o intuito de efetuar-se a intersecção mediante os impactos ocasionados pela exploração inadequada destes recursos, atribuindo maior enfoque ao estado de São Paulo e, essencialmente, na região do oeste paulista. É notável de que tamanha exploração resultou em impactos significativos e, em grande maioria, negativos para a região. Percebe-se, portanto, que o oeste paulista desenvolveu-se por meio de uma exploração totalmente inconsequente dos recursos encontrados, ao passo em que o avanço, seja no âmbito legislativo ou na preocupação ambiental, deu-se de forma oposta. Assim, a

exploração dos recursos naturais no oeste paulista, principalmente por meio da agropecuária, andou em contramão a legislação ambiental brasileira.

REFERÊNCIAS

BERNARDES, J. A.; FERREIRA, F. P. de M. **A questão ambiental: diferentes abordagens**. Capítulo 1 – Sobre a Natureza. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. 42p.

BRASIL. Conama. Resolução nº 001, de 23 de janeiro de 1986.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

_____. Decreto-lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967.

_____. Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967.

_____. Decreto-lei nº 1.985, de 29 de março de 1940.

_____. Decreto-lei nº 23.793, de 23 de janeiro de 1934.

_____. Decreto-lei nº 24.643, de 10 de julho de 1934.

_____. Decreto-lei nº 73.030, de 30 de Outubro de 1973.

_____. Lei nº 3.071, de 1º de janeiro 1916.

_____. Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964.

_____. Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965.

_____. Lei nº 5.197, de 3 de janeiro de 1967.

_____. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981.

_____. Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989.

_____. Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990.

_____. Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997.

_____. Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998.

_____. Lei nº 9.685, de 18 de julho de 2000.

_____. Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012.

_____. Lei nº 12.727, de 17 de outubro de 2012.

GRANZIERA, M. L. M. **Direito de águas: disciplina jurídica das águas doces**. São Paulo, Atlas, 2006. 252 p.

PRADO, L. R. **Direito Penal do Ambiente: meio ambiente, patrimônio cultural, ordenação do território, biossegurança (com a análise da Lei 11.105/2005)**. São Paulo, Revista dos Tribunais, 2005. 619 p.

SÁNCHEZ, L. E. **Avaliação de Impacto Ambiental: Conceitos e métodos**. Editora: Oficina de Textos. 2008. 216p.

VIEIRA, P. F. V.; WEBER, J. **Gestão de Recursos Naturais Renováveis e Desenvolvimento**. Novos desafios para a pesquisa ambiental. 2ª Edição. 2000. 500p.